

Missão brasileira retoma negociação

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Dois temas começam a ser colocados hoje à tarde na mesa de negociações da dívida externa do País, em Nova York: a questão da penhora das reservas internacionais, que o Brasil não quer ver dentro dos termos do acordo com os bancos credores, e uma forma de vincular as duas parcelas finais do empréstimo novo (de US\$ 600 milhões, cada) ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sem que isso implique na automaticidade de desembolso.

A missão brasileira de negociadores — chefiada pelo diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, e composta ainda pelo secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, conselheiro Sérgio Amaral, além de técnicos de apoio do BC — retornou ontem à noite para os Estados Unidos. A retomada formal dos entendimentos tornou-se possível, conforme fonte categorizada adiantou ontem a este jor-

nal, “porque recebemos um sinal do comitê (assessor de bancos credores) de que as divergências internas estariam superadas”.

Esta era a condição que o governo brasileiro tinha colocado, desde segunda-feira da semana passada — quando a missão resolveu dar uma parada no processo de conversações —, para que as negociações fossem retomadas. O recado recebido do comitê não chegou a ser específico. A missão, portanto, voltou aos Estados Unidos na expectativa de que os dois pontos básicos de entendimento, que dependem unicamente de acordo entre os bancos credores, já tenham sido resolvidos ou, pelo menos, estejam em processo adiantado de acordo: a definição do rateio (participação) de cada credor no financiamento de US\$ 5,2 bilhões e a maneira como este empréstimo será tratado, para efeito de contabilização, se como “dinheiro novo” ou como capitalização dos juros.

Na verdade, a questão mais importante a ser ven-

cida envolve a resistência manifestada na última hora (há cerca de dez dias) da parte do Banco de Montreal, que passou a exigir a vinculação automática do desembolso do empréstimo novo dos bancos ao desembolso das parcelas do FMI, dentro do acordo “stand-by” que o Brasil começou a negociar com aquele organismo.

Fonte brasileira credenciada disse a este jornal que não há por que haver discussão em torno do primeiro desembolso dos bancos, estimado em torno de US\$ 4 bilhões para julho, já que boa parte desse dinheiro vem para cobrir o empréstimo negociado em acordo interino, em dezembro passado, “quando não tínhamos acordo com o FMI”.

De qualquer modo, a demora dos entendimentos com os bancos em torno desses últimos detalhes faz prever, conforme já antecipou a mesma fonte para este jornal, que o comprometimento de US\$ 2 bilhões dos credores do acordo interino firmado em dezem-

bro (para financiamento aos juros devidos entre fevereiro e setembro passados) pode ter sua data prorrogada para além do dia 16 de julho, conforme o programado. Na mesma data, previa-se o pagamento da parte do Brasil do valor de US\$ 1 bilhão do empréstimo-ponte para financiamento de parte dos juros devidos no último trimestre do ano passado.

Ambas as parcelas, no entanto, estão diretamente ligadas ao primeiro desembolso de “dinheiro novo” que o País já acertou com os bancos. Este financiamento, no total de US\$ 5,2 bilhões, tem prazo de pagamento de doze anos, em parcelas semestrais iguais, depois do quinto ano de carência.

O desembolso do dinheiro novo, por sua vez, depende da adesão de 90% dos bancos credores, em termos de valor, ao contrato, a chamada massa crítica. Os negociadores brasileiros retomam as negociações esperançosos de que a redação final dos diferentes contratos (são três, basicamente)

esteja concluída até o final da semana que vem. Além do contrato do financiamento de US\$ 5,2 bilhões, um outro contrato vai tratar do reescalonamento por 20 anos de US\$ 64 bilhões da dívida com os bancos, vencível entre 1986 e 1993. Com relação a este último, apenas um aspecto está em aberto, justamente a questão da penhora das reservas internacionais do País. O terceiro contrato básico, envolvendo as linhas de

curto prazo, já teve sua negociação fechada. As linhas de curto prazo serão roladas automaticamente, pelos bancos pelo prazo de dois anos e meio, sendo que a cada ano US\$ 600 milhões dos depósitos interbancários serão transferidos para a linha de financiamento ao comércio. “Todos os contratos estão ligados entre si, e um não entra em vigor enquanto todos não estiverem assinados”, explicou a fonte do governo.